

*Brasília, 11 de maio de 2026*

---

Seleção

---

## Produtor rural foi preso e multado em mais de 1.8 milhão após plantar e vender fruta sem ter permissão



Um episódio recente envolvendo a nectarina Nectadiva, na Espanha, reacendeu o debate sobre **propriedade intelectual** no campo e escancarou como a proteção de cultivares, antes restrita a laboratórios e escritórios de advocacia, hoje interfere diretamente nas decisões diárias de quem vive do agronegócio, do plantio ao escoamento da produção.

O que torna a nectarina Nectadiva uma variedade altamente controlada

A Nectadiva é uma nectarina de alto padrão, desenvolvida pela empresa francesa Agreo Selections Fruit, fruto de anos de melhoramento genético, testes de campo e investimentos elevados. Por isso, conta com um registro que garante ao obtentor direitos exclusivos de produção comercial por décadas, em regime semelhante ao de patentes.

Na prática, o produtor interessado em trabalhar com a Nectadiva precisa estar licenciado. Esse licenciamento costuma envolver compra de mudas de viveiros autorizados, assinatura de contratos que limitam a multiplicação da planta e pagamento de royalties. Quando o agricultor multiplica a cultivar por conta própria, sem anuência do detentor, passa a praticar infração à **propriedade industrial**, sujeita a sanções civis e penais.

Como funciona a comprovação de fraude em cultivares protegidas

O caso da Nectadiva em Lleida chamou atenção pelo uso de análise de DNA para confirmar a fraude. Amostras das árvores suspeitas foram coletadas em diferentes propriedades e submetidas a testes genéticos comparativos, que mostraram que o

material vegetal era idêntico à cultivar protegida, afastando a alegação de que se tratava de outra nectarina semelhante.

Esse tipo de exame virou ferramenta central no combate à "pirataria vegetal", fornecendo laudos que embasam ações criminais e pedidos de indenização. Com base nesses resultados, autoridades podem determinar apreensão de árvores, interdição de pomares, bloqueio da venda dos frutos e, em situações extremas, até a destruição das plantas, quando não há possibilidade de regularização.

Quais são as principais penalidades para o uso irregular da Nectadiva e de outras cultivares

Na província de Lleida, o produtor rural foi autuado por manter cerca de 5.000 árvores de Nectadiva sem licenciamento, sendo acusado de crime contra a **propriedade industrial**, sujeito a prisão e multa elevada. Embora tenha sido liberado para responder ao processo em liberdade, o agricultor enfrenta sanções pesadas. O teto legal para esse tipo de crime na Espanha pode chegar a 3 anos de prisão e uma multa administrativa de até € 288.000 (mais de R\$ 1,8 milhão na cotação atual), sem prejuízo de outras reparações econômicas determinadas em esfera cível.

Além do processo penal, pode responder civilmente pelo não pagamento de royalties, arcando com perdas que vão muito além do valor da lavoura.

Em casos semelhantes, as consequências mais comuns incluem medidas que impactam diretamente o fluxo de caixa e a continuidade do negócio, como:

Perda das plantas, com possível ordem judicial para erradicação do pomar irregular.

, com possível ordem judicial para erradicação do pomar irregular. Multas calculadas com base no valor econômico da produção e na gravidade da infração.

calculadas com base no valor econômico da produção e na gravidade da infração. Indenização à empresa obtentora, incluindo royalties atrasados e

danos materiais.

à empresa obtentora, incluindo royalties atrasados e danos materiais. Restrição à comercialização dos frutos oriundos de árvores não licenciadas.

dos frutos oriundos de árvores não licenciadas. Investigação de cadeia, quando há suspeita de venda de mudas ilegais a terceiros.

Como a proteção de cultivares funciona hoje no Brasil

No Brasil, a Lei de Cultivares (Lei nº 9.456/1997) define o regime de proteção de novas variedades vegetais, administrado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, alinhado às normas da UPOV. Quem pretende plantar ou comercializar sementes e mudas protegidas precisa checar o Cadastro de Cultivares Protegidas, comprar apenas de fornecedores habilitados e respeitar as cláusulas contratuais de uso.

O descumprimento dessas regras pode gerar autuações, apreensão de lotes, cobrança de royalties e, em situações graves, investigações criminais. Com o avanço da genética no campo e o uso crescente de testes de DNA, a rastreabilidade ficou mais precisa,

e a margem para alegar desconhecimento sobre o status jurídico de uma cultivar é cada vez menor.

Por que a pirataria vegetal ameaça o futuro do agro-negócio

A reprodução ilegal de cultivares, como a Nectadiva, prejudica a inovação, reduz a confiança de empresas em liberar novas variedades e aumenta o risco fitossanitário, já que mudas informais podem disseminar pragas e doenças. Em cadeias intensivas de fruticultura, um lote contaminado é suficiente para comprometer regiões inteiras, elevar custos de controle e derrubar a competitividade internacional.

Ignorar contratos, licenças e cadastros oficiais hoje é correr um risco jurídico e econômico alto demais para qualquer produtor sério. Revise imediatamente o portfólio de cultivares da sua propriedade, regularize o que for preciso e consulte apoio técnico e jurídico antes de plantar: cada safra sem conformidade pode custar anos de trabalho e colocar em xeque o futuro do seu negócio.